

PAULO HENRIQUE DA SILVA AGUIAR

Juiz Federal Substituto do TRF da 5ª Região (7º lugar). Ex-Promotor de Justiça do Estado de Alagoas (2º lugar). Ex-Defensor Público do Estado de Alagoas (1º lugar).

Aprovado nos concursos para os cargos de Delegado de Polícia do Estado do Rio Grande do Norte e Analista Judiciário do TRT da 19ª Região. Aprovado na AB (2º lugar) e em concursos públicos durante a graduação.

DIREITO PENAL ESTRATÉGICO

PARTE GERAL

1ª edição



Niterói, RJ

2022



© 2022, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

CONSELHO EDITORIAL:

ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA
CELSO JORGE FERNANDES BELMIRO • ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO
FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM • FERNANDA PONTES PIMENTEL
IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS • MARCELO LEONARDO TAVARES
RENATO MONTEIRO DE AQUINO • ROGÉRIO GRECO
VITOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES • WILLIAM DOUGLAS

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Do Autor

Capa: Do Autor

Revisão de Português: Do Autor

Impressão e Encadernação: Editora e Gráfica Vozes Ltda.

1224618

Data de fechamento da edição: 01/01/2022

Aguiar, Paulo Henrique da Silva

Direito penal estratégico : parte geral /

Paulo Henrique da Silva Aguiar. -- 1. ed. --

Niterói, RJ : Editora Impetus, 2022.

704 p.; 16x23 cm.

Bibliografia.

ISBN 978-65-86044-31-7

1. Concursos públicos - Brasil 2. Direito penal 3. Direito penal -
Brasil 4. Direito penal - Brasil - Concursos 5. Mapas mentais
6. Métodos de estudo. I. Título

21-93972

CDU-343(81)(079)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito penal: Concursos públicos

343(81) (079)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A **Editora Impetus** informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

PARTE I
FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

1. Considerações Preliminares	03
2. Direito Penal	04
2.1. Conceito e características	04
2.2. Funções	05
2.3. Fontes	05
3. Ciências Penais	06
3.1. Criminologia, Política Criminal e Direito Penal	06
3.2. Estatística Criminal e cifras da criminalidade: cifras negra, dourada, cinza, amarela, verde, azul e rosa	08
4. Teorias Contemporâneas	09
4.1. Direito Penal de emergência, Direito Penal simbólico e Direito Penal promocional	09
4.2. Direito Penal subterrâneo e Direito Penal paralelo	10
4.3. Direito Penal do autor e Direito Penal do fato	11
4.4. Velocidades do Direito Penal	13
4.5. Criminalização primária, secundária e terciária	14
4.6. Teoria do etiquetamento (<i>labelling approach</i>)	15
4.7. Privatização do Direito Penal	17
4.8. Teoria do cenário da bomba relógio (<i>tincking bomb scenario theory</i>)	18
4.9. Síndrome de Alice e o Direito Penal da fantasia	19
4.10. Neocriminalização	20

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL

1. Introdução	21
2. Princípio da Legalidade	22
2.1. Generalidades	22
2.2. Irretroatividade da norma penal	23
2.3. Efeitos do princípio da legalidade	24
3. Princípio da Intervenção Mínima	24
4. Princípio da Alteridade ou da Transcendentalidade	25
5. Princípio da Ofensividade ou da Lesividade	26
5.1. Generalidades	26
5.2. Arma de fogo desmuniçada: fato típico ou atípico?	28
6. Princípio da Insignificância	29
6.1. Conceito e vetores	29
6.2. Limites	33
6.3. Aplicação do princípio da insignificância pela autoridade policial?	33
6.4. Bagatela imprópria	34
7. Princípio da Adequação Social	37

8. Princípio da Culpabilidade	38
8.1. Generalidades	38
8.2. Teoria da coculpabilidade e coculpabilidade às avessas	39
9. Princípio da Individualização da Pena	40
10. Princípio do <i>Ne Bis in Idem</i>	42
11. Princípio da Proporcionalidade	44

CAPÍTULO 3

DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL

1. Considerações Iniciais	47
2. Movimentos de Política Criminal	48
2.1. Movimentos repressivistas: da lei e ordem ao Direito Penal do inimigo	48
2.2. Movimentos não repressivistas: do abolicionismo à justiça restaurativa	50
3. Política Criminal e a Constituição de 1988	55

CAPÍTULO 4

NORMA PENAL

1. Normas Penais, Processuais e Híbridas	57
2. Normas Heterotópicas	58
3. A Teoria de Binding	58
4. Classificação das Normas Penais	59
4.1. Normas penais incriminadoras e não incriminadoras	59
4.2. Normas penais em branco	61
4.2.1. Generalidades	61
4.2.2. Normas penais em branco homovitelinas e heterovitelinas	62
5. Interpretação e Integração da Norma Penal	63
5.1. Generalidades	63
5.2. Novas técnicas: ponderação de interesses, <i>defeseability</i> e <i>reduction</i>	64
5.3. Crimes de hermenêutica?	65

CAPÍTULO 5

APLICAÇÃO DA LEI PENAL

1. Introdução	67
2. Lei Penal no Tempo	68
2.1. Generalidades	68
2.2. Combinação de leis?	71
2.3. O princípio da continuidade normativa típica	72
2.4. Irretroatividade da jurisprudência benéfica	73
3. Lei Excepcional e Lei Temporária	73
4. Tempo do Crime	75
5. Conflito Aparente de Normas	76
6. Lei Penal do Espaço	79
6.1. Lugar do crime	79
6.2. Territorialidade	81
6.3. Extraterritorialidade	84
7. Extradicação	88
7.1. O caso <i>Cesare Battisti</i>	90
8. Outras Disposições Sobre a Aplicação da Lei Penal	91
8.1. Pena cumprida no estrangeiro	91
8.2. Eficácia da sentença estrangeira	91
8.3. Contagem de prazo	92

8.4. Código Penal e legislação especial	92
---	----

PARTE II
TEORIA GERAL DO DELITO

CAPÍTULO 6

INTRODUÇÃO À TEORIA DO CRIME

1. Considerações Iniciais	95
2. A Teoria do Crime (Concepção Moderna)	96
2.1. Conceito, origem e evolução	96
2.2. Conceito de crime	97
2.2.1. O crime e a teoria geral do Direito	97
2.2.2. Conceito penal: sentido material, formal e analítico	98
2.2.3. Diferenças entre crime e contravenção	101
2.3. Sistemas penais	102
2.3.1. Naturalismo, neokantismo, finalismo e funcionalismo	102
2.3.2. Um quinto sistema? O sistema constitucional	107
2.4. Os grandes conceitos da teoria do delito e a estrutura do crime	108
3. Sujeitos do Crime	113
3.1. Sujeito ativo e passivo	113
3.2. Espécies de sujeito passivo: direto, indireto, formal, material e as classes de vítima (primária, secundária e terciária)	114
3.3. Pessoa jurídica como sujeito ativo de crime	116
4. Objeto do Crime	117
5. Bem Jurídico	118
5.1. Conceito, evolução, objeto da ação e função	118
5.2. Bem jurídico e conteúdo do injusto	120
5.3. Espiritualização do bem jurídico	121
6. Mapa Estratégico da Teoria do Crime	121

CAPÍTULO 7

FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS

1. Introdução	125
2. O Fato Típico	126
2.1. Conceito, elementos e estrutura	126
2.2. Um olhar panorâmico sobre o fato típico	127
3. Conduta	128
3.1. Conceito, elementos e excludentes	128
3.2. Teorias: naturalista, neokantista, finalista, social e constitucional	128
4. Resultado	139
4.1. Conceito e espécies	139
4.2. Teorias: naturalista e normativa	141
5. Nexo Causal	141
5.1. Generalidades	141
5.2. Teorias	143
5.2.1. Considerações preliminares	143
5.2.2. Teoria da equivalência dos antecedentes	143
5.2.2.1. Conceito, origem e limites	143
5.2.2.2. A crise da teoria da equivalência dos antecedentes	147

5.2.3. Teoria da causalidade adequada	149
5.2.4. Teoria da imputação objetiva	150
5.2.5. Teoria dos papéis (Jakobs)	152
5.2.6. Visão estratégica sobre as principais teorias do nexo causal	152
5.3. Nexo causal e as chamadas “concausas”	153
5.4. Omissão e relevância causal	156
6. Tipicidade	160

CAPÍTULO 8

TIPO E TIPICIDADE

1. Introdução	161
2. O Tipo Penal	162
2.1. Conceito e funções	162
2.2. Elementos: objetivos, normativos e subjetivos	163
2.3. Elementares, circunstâncias e qualificadoras	164
2.4. Classificação dos tipos penais	167
2.4.1. Tipos incriminadores e tipos permissivos	167
2.4.2. Tipos básicos ou fundamentais e tipos derivados	168
2.4.3. Tipo objetivo, tipo subjetivo e tipo complexo	168
2.4.4. Tipos fechados e tipos abertos	168
2.4.5. Tipo normal e tipo anormal	169
2.4.6. Tipo avalorado, neutro ou acromático	169
2.4.7. Tipos simples e tipos mistos (alternativos e cumulativos)	169
2.4.8. Tipo congruente ou simétrico e tipo incongruente ou assimétrico	170
2.4.9. Tipo de autor e tipo de fato	171
2.4.10. Outras classificações: tipo preventivo, indiciário e remetido	172
3. Tipicidade	172
3.1. Considerações iniciais	172
3.2. Evolução: as seis fases evolutivas. Da independência ao pós-finalismo	172
3.3. Tipicidade e injusto	178
3.4. As três dimensões da tipicidade penal: formal, material e subjetiva	179
4. Tipicidade Conglobante	183
5. Teoria dos Elementos Negativos do Tipo	185

CAPÍTULO 9

CRIME DOLOSO E CULPOSO

1. Introdução	187
2. Crime Doloso	188
2.1. Considerações preliminares	188
2.2. Dolo	188
2.2.1. Conceito, natureza jurídica e elementos	188
2.2.2. Teorias da vontade, da representação e do assentimento	190
2.2.3. Espécies de dolo	191
2.2.4. Dolo eventual e a teoria da cegueira deliberada	195
2.3. Elemento subjetivo especial do tipo: o fim especial de agir	196
3. Crime Culposo	198
3.1. Culpa: conceito e elementos	198
3.2. Modalidades de culpa: imprudência, negligência e imperícia	200
3.3. Espécies de culpa: culpa consciente, inconsciente, imprópria e outras	201
3.4. Resultado culposo e autoexposição a perigo	203
3.5. Compensação de culpas?	204

4. Crime Preterdoloso	204
-----------------------------	-----

CAPÍTULO 10

CRIME CONSUMADO, TENTADO E TEMAS CORRELATOS

1. Introdução	207
2. Consumação	208
2.1. Generalidades	208
2.2. Consumação e as espécies de crimes	208
2.3. Roubo e furto: teorias sobre a consumação (<i>amotio, ablatio</i> e outras)	212
2.4. Consumação e crimes tributários	214
3. Tentativa (<i>Conatus</i>)	216
3.1. Conceito, natureza jurídica e elementos	216
3.2. Classificação	216
3.3. Atos preparatórios e executórios	218
3.3.1. <i>Iter criminis</i>	218
3.3.2. Distinção entre atos preparatórios e executórios	219
3.4. Punibilidade da tentativa: teorias	220
3.5. Infrações que não admitem tentativa	223
4. Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz	224
4.1. Conceito, natureza jurídica e elementos	224
4.2. Consequências	227
4.3. Comunicabilidade	227
4.4. Limites	228
5. Arrependimento Posterior	228
6. Crime Impossível (Tentativa Inidônea)	230

CAPÍTULO 11

ILICITUDE

1. Introdução	235
2. A Ilícitude Penal	236
2.1. Conceito e terminologia	236
2.2. Espécies de ilicitude: formal, material, objetiva e subjetiva	236
2.3. Ilícitude e injusto	237
3. Excludentes de Ilícitude	238
3.1. Considerações preliminares	238
3.2. Elemento subjetivo	240
3.3. Estado de necessidade	241
3.3.1. Conceito e natureza jurídica	241
3.3.2. Teorias	242
3.3.3. Requisitos	244
3.3.4. Espécies	246
3.3.5. Outras questões sobre estado de necessidade	248
3.3.5.1. Estado de necessidade e dificuldades econômicas	248
3.3.5.2. Estado de necessidade e porte de arma de fogo	248
3.3.5.3. Estado de necessidade e crimes habituais, permanentes e reiterados	249
3.4. Legítima Defesa	249
3.4.1. Generalidades	249
3.4.2. Requisitos	250
3.4.3. Espécies	252
3.4.4. Legítima defesa e impactos da Lei n.º 13.964/2019 (Pacote Anticrime)	253
3.4.5. Situações específicas e admissibilidade	254

3.4.6. Outras questões sobre legítima defesa	255
3.4.6.1. Legítima defesa e ataque de animais	255
3.4.6.2. Legítima defesa e agressão de inimputáveis	256
3.4.6.3. <i>Aberratio ictus</i> na reação defensiva	256
3.4.6.4. Legítima defesa da honra?	257
3.4.6.5. Legítima defesa antecipada?	257
3.5. Estricto cumprimento do dever legal	258
3.6. Exercício Regular de Direito	259
3.6.1. Generalidades	259
3.6.2. <i>Offendiculas</i>	260
3.6.3. Defesa mecânica predisposta	262
3.6.4. Intervenções médicas e cirúrgicas	263
3.6.5. Violência desportiva	263
3.7. Causas supralegais de exclusão da ilicitude?	264
4. Excesso	265
5. Consentimento do Ofendido	266
5.1. Generalidades	266
5.2. Crimes sexuais e relações amorosas: exceção de Romeu e Julieta?	268

CAPÍTULO 12

CULPABILIDADE

1. Introdução	273
2. A Culpabilidade e Seus Aspectos Estruturantes	274
2.1. Conceito e acepções	274
2.2. Natureza jurídica	275
2.3. Culpabilidade formal e material	275
2.4. Culpabilidade do autor e culpabilidade do fato	276
2.5. <i>Versari in re illicita</i>	276
2.6. Teorias (evolução dogmática)	276
2.7. Elementos	280
2.7.1. Considerações iniciais	280
2.7.2. Imputabilidade	280
2.7.2.1. Generalidades	280
2.7.2.2. Semi-imputabilidade e imputabilidade diminuída	281
2.7.3. Potencial consciência da ilicitude	281
2.7.4. Exigibilidade de conduta diversa	282
3. Excludentes de Culpabilidade	282
3.1. Considerações preliminares	282
3.2. Inimputabilidade	283
3.2.1. Considerações iniciais	283
3.2.2. Critérios de aferição da inimputabilidade	283
3.2.3. Doença mental	285
3.2.4. Desenvolvimento mental incompleto	287
3.2.5. Desenvolvimento mental retardado	288
3.2.6. Embriaguez acidental completa (caso fortuito ou força maior)	288
3.2.7. Emoção e paixão?	290
3.3. Erro de proibição inevitável	291
3.4. Inexigibilidade de conduta diversa	292
3.4.1. Generalidades	292
3.4.2. Coação moral irresistível (<i>vis compulsiva</i>)	292
3.4.3. Obediência hierárquica	293

3.4.4. Causas supralegais	295
---------------------------------	-----

CAPÍTULO 13

ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Introdução	297
2. Erro de Tipo	298
2.1. Conceito e aspectos fundamentais	298
2.2. Erro de tipo acidental	301
2.3. Outras questões sobre erro de tipo	306
2.3.1. Erro provocado por terceiro	306
2.3.2. Erro de representação	307
2.3.3. Erro de tipo e erro de subsunção	307
3. Erro de Proibição	308
3.1. Conceito e aspectos fundamentais	308
3.2. Espécies de erro de proibição	310
3.3. Evitabilidade do erro e consciência profana do injusto	312
3.4. Erro de proibição e estupro de vulnerável	313
4. Discriminantes Putativas	314
4.1. Conceito e espécies	314
4.2. Consequências: teorias extremada e limitada da culpabilidade	315
4.3. Excludentes de culpabilidade putativas?	316
5. Quadro Estratégico Final	317

CAPÍTULO 14

CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES

1. Introdução	319
2. As Diversas Classificações dos Crimes	320
2.1. Nota explicativa	320
2.2. Crime formal, material e de mera conduta	320
2.3. Crime comum, próprio, de mão própria e bipróprio	320
2.4. Crime comissivo e omissivo	322
2.5. Crime de perigo e de dano	324
2.6. Crime instantâneo, permanente e de efeitos permanentes	326
2.7. Crime principal, acessório e subsidiário	328
2.8. Crime simples, complexo e progressão criminosa	328
2.9. Crime putativo	328
2.10. Crime falho e crime exaurido	329
2.11. Crime unissubsistente e plurissubsistente	329
2.12. Crime mono-ofensivo e pluri-ofensivo	330
2.13. Crime de dupla subjetividade ativa e passiva	330
2.14. Crime monosubjetivo e plurissubjetivo	330
2.15. Crime vago, de mera suspeita, multidinário e de opinião	331
2.16. Crime de ação única e de ação múltipla ou conteúdo variado	332
2.17. Crime de forma livre e de forma vinculada	332
2.18. Crime habitual, profissional e de ímpeto	333
2.19. Crime a distância e plurilocal	334
2.20. Crime de intenção, mutilado de dois atos e de tendência	334
2.21. Crime de fato permanente e crime de fato transeunte	335
2.22. Crime de ação violenta, astuciosa, de circulação e de atentado	336
3. Outras Classificações	336
4. Considerações Finais	340

CAPÍTULO 15**CONCURSO DE PESSOAS**

1. Introdução	341
2. O Concurso de Pessoas	342
2.1. Considerações preliminares	342
2.2. Teorias sobre a natureza jurídica do concurso de pessoas	343
2.3. Distinção: concurso de pessoas, organização criminosa, associação criminosa e associação para o tráfico	344
2.4. Requisitos	346
3. Autoria	347
3.1. O conceito jurídico de autor	347
3.1.1. Teoria unitária, extensiva e restritiva	347
3.1.2. Teoria do domínio dos fatos e suas variantes: domínio da ação, domínio funcional, domínio sobre a fonte de perigo e outras vertentes	349
3.2. Modalidades de autoria	354
3.2.1. Paineis gerais: as principais modalidades	354
3.2.2. Autoria mediata	355
3.2.3. Autoria de escritório	356
3.2.4. Autoria por convicção	356
3.2.5. Autoria por determinação	357
3.2.6. Executor de reserva	357
4. Participação	358
4.1. Generalidades	358
4.2. Espécies ou classes de acessoriedade (mínima, limitada e outras)	359
4.3. Participação de menor importância	361
4.4. Cooperação dolosamente distinta (desvios subjetivos)	362
4.5. Modalidades de participação	365
4.6. Participação impunível	366
4.7. Arrependimento do partícipe	366
4.8. Participação e o problema das ações neutras	367
5. Comunicabilidade de Elementares e Circunstâncias	367
6. Questões Finais	369
6.1. Concurso de agentes e crimes culposos	369
6.2. Concurso de agentes e crimes omissivos	370
6.3. Multidão delincente	371
6.4. Concurso de pessoas, trote de formatura e situações análogas	372

CAPÍTULO 16**CONCURSO DE CRIMES**

1. Conceito e Espécies	373
2. Sistemas de Punição	374
3. Concurso Material	375
4. Concurso Formal	376
5. Crime Continuado	380
5.1. Conceito, natureza jurídica e espécies	380
5.2. Requisitos	381
5.3. Espécies	386
5.4. Aplicação da pena	387
6. Concurso de Crimes e Temas Finais	389
6.1. Concurso formal e crime continuado simultâneos	389
6.2. Concurso de crimes e pena de multa	389

6.3. Concurso de crimes e prescrição	390
--	-----

PARTE III CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DELITO

CAPÍTULO 17

TEORIA GERAL DA PENA E PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

1. Introdução	393
2. Teoria Geral da Pena	394
2.1. Conceito e finalidade	394
2.2. Princípios	394
2.3. Modalidades de sanção penal no Brasil	395
2.4. Penas proibidas	397
2.5. Limite máximo das penas	398
2.6. Teorias sobre a pena	399
2.6.1. Teorias absolutas ou retributivas: Kant, Hegel e outras vertentes	399
2.6.2. Teorias preventivas, relativas ou utilitárias	402
2.6.3. Teorias mistas	403
2.6.4. Teoria agnóstica	403
2.6.5. Teoria correccionalista	404
3. Pena Privativa de Liberdade	404
3.1. Considerações iniciais	404
3.2. Espécies: reclusão, detenção e prisão simples	405
3.3. Regimes de cumprimento	406
3.3.1. Regime fechado, semiaberto e aberto	406
3.3.2. Fixação do regime inicial	408
3.3.3. Exame criminológico	411
3.3.4. Progressão de regime	411
3.3.5. Regressão de regime	418
3.4. Direitos do preso	419
3.5. Trabalho do preso	420
3.6. Superveniência de doença mental	421
3.7. Detração	422
3.8. Execução definitiva e prisão humanitária domiciliar	423

CAPÍTULO 18

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito e Características.....	425
2. Requisitos para Aplicação	427
3. Espécies.....	430
4. Execução e Fiscalização	437
5. Descumprimento	439
6. Alteração da Pena na Fase de Execução?.....	440
7. Efeitos da Condenação	441

CAPÍTULO 19

PENA DE MULTA

1. Considerações iniciais	443
---------------------------------	-----

2. A Pena de Multa no Código Penal	444
3. Execução da Pena de Multa	448
3.1. Regime jurídico	448
3.2. Legitimidade, competência e procedimento	448
4. Outras Questões Sobre a Pena de Multa	450

CAPÍTULO 20

APLICAÇÃO DA PENA

1. Introdução	453
2. Circunstâncias Judiciais	454
3. Agravantes e Atenuantes	459
3.1. Generalidades	459
3.2. Agravantes em geral	459
3.3. Agravantes no concurso de pessoas	467
3.4. Reincidência e multirreincidência	469
3.5. Atenuantes em geral	474
3.6. Atenuante inominada	479
4. Causas de Aumento e de Diminuição de Pena	480
5. Dosimetria da Pena	480
5.1. Considerações iniciais	480
5.2. Sistema trifásico e <i>ne bis in idem</i>	481
5.3. Primeira fase: pena-base	482
5.4. Segunda fase: pena intermediária ou provisória	486
5.5. Terceira fase: pena definitiva	489
6. Concurso de Causas Modificadoras da Pena	492
7. Pena de Multa	494

CAPÍTULO 21

MEDIDA DE SEGURANÇA

1. Introdução	497
2. As Medidas de Segurança no Direito Brasileiro	498
2.1. Conceito, natureza jurídica e espécies	498
2.2. Princípios	500
2.3. Diferenças entre pena e medida de segurança	500
2.4. Sistemas: vicariante e duplo binário	501
2.5. Prazo	502
2.6. Local da internação	503
2.7. Desinternação e reinternação	503
2.8. Medida de segurança e semi-imputável	504
3. Outras Questões Sobre Medida de Segurança	505
3.1. Superveniência de doença mental	505
3.2. Internação provisória	505
3.3. Medidas de segurança e detração	505
3.4. Medida de segurança e reincidência	506
3.5. Medidas de segurança e extinção da punibilidade	506

CAPÍTULO 22

SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e Natureza Jurídica	509
2. Sistemas	511
3. Espécies	512

4. Requisitos e Condições	513
5. Período de Prova	515
6. Cassação e Revogação	515
7. Prorrogação	516
8. Extinção da Punibilidade	516
9. Sursis na Legislação Especial	517
10. Questões Finais Sobre Sursis	518
10.1. Sursis sucessivos e simultâneos	518
10.2. Sursis e revelia	518
10.3. Sursis e indulto	518
10.4. Sursis e estrangeiros	519
10.5. Outras questões	519

CAPÍTULO 23

LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito, Natureza Jurídica e Espécies	521
2. Requisitos	523
2.1. Generalidades	523
2.2. Falta grave e impactos no livramento condicional	526
3. Condições	528
4. Duração do Período de Prova	528
5. Limites	529
6. Revogação	529
7. Suspensão do Livramento Condicional	531
8. Prorrogação	532
9. Extinção da Pena	532
10. Questões Finais	533
10.1. Livramento condicional e preso provisório	533
10.2. Livramento condicional antecipado ou cautelar	533
10.3. Livramento condicional e estrangeiro	534
10.4. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	534
10.5. Livramento condicional insubsistente	534
10.6. Livramento condicional humanitário	534

CAPÍTULO 24

EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO

1. Introdução	535
2. Efeitos da Condenação no Código Penal	536
2.1. Considerações gerais	536
2.2. Efeitos extrapenais	538
2.2.1. Considerações preliminares	538
2.2.2. Efeitos extrapenais genéricos	539
2.2.3. Efeitos extrapenais específicos	544
3. Efeitos da Condenação na Legislação Especial	548
4. Reabilitação	549
4.1. Conceito, natureza jurídica e efeitos	549
4.2. Requisitos	550
4.3. Prescrição e reabilitação	551
4.4. Revogação	551

CAPÍTULO 25

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Introdução	553
2. Morte do Agente	554
3. Anistia, Graça e Indulto	555
4. <i>Abolitio Criminis</i>	559
5. Prescrição	560
5.1. Conceito, fundamentos políticos e espécies	560
5.2. Infrações imprescritíveis	561
5.3. Prescrição da pretensão punitiva (PPP)	562
5.4. Prazos	568
5.5. Redução da prescrição	569
5.6. Causas de suspensão e interrupção	570
5.7. Questões importantes sobre a prescrição	572
5.7.1. Prescrição e crimes complexos	572
5.7.2. Prescrição e crimes conexos	573
5.7.3. Prescrição, concurso de crimes e crime continuado	573
5.7.4. Prescrição e detração	574
5.8. Prescrição da pretensão executória (PPE)	574
5.9. Prescrição e medidas de segurança	578
5.10. Prescrição e penas restritivas de direitos	579
5.11. Prescrição e pena de multa	579
5.12. Questões finais sobre prescrição	581
5.12.1. Prescrição de atos infracionais disciplinados no ECA	581
5.12.2. Prescrição e falta grave em execução penal	583
6. Decadência	583
7. Perempção	585
8. Renúncia ao Direito de Queixa e Perdão do Ofendido	586
9. Retratação do Agente	588
10. Perdão Judicial	589
11. Pagamento do Tributo	591

PARTE IV TEMAS COMPLEMENTARES

CAPÍTULO 26

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PENAL

1. Introdução	595
2. Constitucionalização do Direito	596
2.1. Neoconstitucionalismo e Estado Constitucional de Direito	596
2.2. Conceito, origens e expansão do fenômeno	600
3. A Constitucionalização do Direito Penal no Brasil	602
3.1. Considerações iniciais	602
3.2. Impactos no regime jurídico penal	607
3.3. A “Constituição Penal”	609
3.4. A teoria constitucional do Direito Penal	610
3.5. O novo perfil do princípio da legalidade: princípio da juridicidade	612
3.6. As novas técnicas de interpretação: <i>defeseability</i> , <i>reduction</i> , ponderação de interesses e a nova hermenêutica constitucional	613

3.7. Multifuncionalidade e integralidade dos direitos fundamentais	615
3.8. Constitucionalização dos principais institutos penais	615
3.9. Direito Penal e liberdade de expressão	617
3.10. Pena e execução penal na perspectiva penal-constitucional e no STF	620
3.10.1. Generalidades	620
3.10.2. Responsabilidade civil do Estado e morte de detento	621
3.10.3. Reestruturação de penitenciárias e obrigação de fazer	623
3.10.4. Condições carcerárias e danos morais	624
3.10.5. Fuga de detento e prática de crimes: responsabilidade do Estado?	626
3.11. Controle de constitucionalidade das leis penais e proporcionalidade	627
4. Constitucionalização e Internacionalização do Direito Penal	628
4.1. Generalidades	628
4.2. O Pacto de San José da Costa Rica e o Direito Penal	629
4.3. Da constitucionalização à internacionalização: constitucionalismo multinível e transtitucionalismo. Direito supraconstitucional?	635

CAPÍTULO 27

ESCOLAS PENAIS

1. As Principais Escolas	637
1.1. Escolas Clássica, Positiva, <i>Terza Scuola</i> Italiana e Técnico-Jurídica	637
1.2. Escolas Correccionalista, Moderna Alemã, Lyon e Nova Defesa Social	642
2. Escola de Chicago	646

CAPÍTULO 28

TEORIA DO CRIME: ESTUDOS COMPLEMENTARES

1. Considerações Iniciais	649
2. Fato Típico	650
2.1. Considerações preliminares	650
2.2. Outras teorias da conduta	650
2.3. Outras teorias sobre o nexo causal	655
2.4. Pós-finalismo e evolução do nexo causal	657
2.5. Teorias complementares sobre o dolo	658
3. Culpabilidade e Funcionalismo (pós-finalismo)	660
3.1. Considerações gerais	660
3.2. Correntes preventivas da culpabilidade	661
4. Considerações Finais	663

BIBLIOGRAFIA	665
---------------------------	-----